

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA (DIREITO ADMINISTRATIVO)

QUESTÃO 01

Servidor estadual foi aposentado, a pedido, pela Administração Pública. Regularmente fixados os correspondentes proventos, integrais, e devidamente apreciada pelo E. Tribunal Estadual de Contas, para fins de registro – que se efetivou – a respectiva concessão, a Administração Pública formalizou, 7 (sete) anos depois e em anulação da fixação anterior, uma retificação dos proventos originariamente registrados, para, sem prévia apreciação deste ato pela Corte de Contas, reduzi-los, conferindo executoriedade imediata à sua decisão.

Opine **fundamentadamente**, dissecando a hipótese, sobre a admissibilidade/legalidade da retificação perpetrada. Fundamente.

QUESTÃO 02

É legal disposição que impõe pontuação negativa por quantidade de linhas intermunicipais já exploradas pelas proponentes, em edital que tem por objeto a concessão de serviço público de linha de transporte intermunicipal com itinerário diverso, mas no mesmo Estado?

QUESTÃO 03

A estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício e a declaração do ordenador da despesa de que o aumento se concilia com as leis orçamentárias são peças exigíveis na instrução dos processos de licitação de obras e serviços, e também como requisito para a emissão de nota de empenho nas contratações diretas que acarretam aumento de despesa? Fundamente.

QUESTÃO 04

Inconformado com o conteúdo de determinado ato administrativo, CÍCERO interpõe recurso administrativo, mas é alertado para a exigência de depósito prévio de certo valor como condição para o conhecimento do recurso, exigência constante de decreto do Governador do Estado. O interessado insurge-se contra a exigência, alegando:

- a) não pode haver garantia prévia para recursos administrativos;
- b) não pode haver previsão em decreto.

I – Você concorda com tais argumentos? Justifique.

II – Qual o ponto diferencial entre recursos administrativos e judiciais no que tange ao momento de sua interposição nos respectivos processos? Explique seu entendimento.

QUESTÃO 05

O § 2º do artigo 113 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atribui competência aos Tribunais de Contas para “solicitar, para exame, até o dia útil imediatamente anterior à data de recebimento das propostas, cópias do edital de licitação já publicado ...”

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições constitucionais, editou a Deliberação nº 191, de 11 de julho de 1995, estabelecendo normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais e municipais da Administração Direta e Indireta, sob sua jurisdição, na aplicação da citada lei.

Secretário de Estado, ordenador de despesa, delega competência ao Chefe de Gabinete para o encaminhamento à Corte de Contas dos atos constantes da Deliberação nº 191/95.

Em Inspeção Ordinária na citada Secretaria constatou-se que vários editais foram publicados e realizadas as licitações sem que as cópias dos mesmos tenham sido encaminhadas ao TCE-RJ.

O Plenário, apreciando o Relatório da Comissão de Inspeção, por decisão unânime, aplica a penalidade de MULTA ao Secretário (delegante) e ao Chefe de Gabinete (delegatário).

As autoridades recorrem da decisão ao TCE-RJ: a primeira, alegando ter delegado competência ao Chefe de Gabinete e, portanto, isenta-se de responsabilidade; e a segunda, sustentando não ter enviado os editais em obediência a parecer da Procuradoria Geral do Estado porque entendia ser inconstitucional a exigência do envio dos atos previstos na Lei nº 8.666/93 e na Deliberação nº 191/95.

Emita parecer, sucinto, que permitia orientar o relator do recurso a proferir decisão.

Observação: As questões devem ser respondidas em folhas separadas.